

Indústria e comércio sinalizam retomada lenta depois da greve

Por Hugo Passarelli | De São Paulo



Elizabeth de Carvalhaes, da Ibá: "A preocupação é garantir o fornecimento nos mercados contratados".

A retomada do setor produtivo depois do fim da paralisação dos caminhoneiros está mais lenta que o previsto. Dados preliminares do Estado de São Paulo sinalizam atividade ainda fraca da indústria e do comércio na primeira quinzena de junho, indicativo que a volta à normalidade ainda é gradual.

Para entidades setoriais e analistas, a recuperação está sendo travada pelos debates em torno do tabelamento do preço do frete e pela diminuição da confiança dos consumidores e empresários. O cenário só reforça o que ficou consolidado desde a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, no fim de maio: o ritmo da atividade arrefeceu e fica cada vez mais provável um crescimento entre 1% e 2% neste ano. Abaixo da expectativa e pouca

coisa melhor que em 2017.

Levantamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, obtido com exclusividade pelo Valor, mostra que as vendas da indústria paulista caíram 13%, ou R\$ 635,5 milhões, nas duas semanas seguintes ao fim da greve. O estudo usa as notas fiscais eletrônicas e compara o faturamento das empresas com os mesmos dias úteis do ano anterior.

A perda de fôlego também é sentida no varejo paulista, cujo ritmo de compra de bens, um indicador da atividade esperada para o setor, está 4,4% abaixo ante igual período de 2017. A fraqueza no comércio tira encomendas da indústria. "Maio foi um desastre e deixa uma memória. Você tem estoques que vão se acumulando por causa da frustração de vendas", diz André Grotti, assessor de política tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

A paralisia nos negócios também afeta o nível esperado de arrecadação. Até o dia 15 de junho, houve uma frustração de R\$ 80 milhões no recolhimento do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS) de São Paulo. A cifra ainda pode aumentar: as principais datas de pagamento de impostos, em especial o dia 20, ainda não ocorreram.

"Não dá para dizer que o faturamento e a arrecadação vão

fechar o mês em queda ou que essa será trajetória até o fim do ano. Por ora, a retomada está lenta e não recupera o nível perdido na greve", afirma Grotti.

A interrupção da atividade econômica também levou ao menos dois Estados - Espírito Santo e Paraná - a adiarem a data para recolhimento do ICMS. A medida atendeu a pedido de empresários que alegaram descasamento do fluxo de caixa por causa da queda no faturamento.

No Espírito Santo, o adiamento foi restrito à indústria. O secretário da Fazenda do Estado, Bruno Funchal, diz que a arrecadação vinha crescendo em torno de 12% ao mês, em valores nominais, até abril. "Agora, esperamos perda razoável de receita em junho, condizente com o problema vivido em maio", diz.

Pesquisa nacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com 395 sindicatos, associações e federações, aponta que o tempo médio informado para volta do ciclo normal de produção após o fim da greve foi de 19,76 dias e que, durante os 11 dias de paralisação, a queda média de faturamento foi de 54%.

"Existe uma curva de retomada de produção, como mostra a pesquisa. Mas, com o aumento de custos em função do tabelamento,





vários setores estão sem embarcar ou com as linhas prejudicadas", diz Pablo Cesário, gerente executivo da CNI. Segundo ele, esses impactos são mais sentidos no transporte de alguns produtos, como commodities industriais, agregados para a construção civil e insumos petroquímicos.

No segmento de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a corrida é para recuperar o tempo perdido nas vendas, uma vez que a produção foi antecipada para atender a demanda esperada por televisores antes da Copa do Mundo. No primeiro trimestre do ano, a produção de televisores cresceu 46% ante o ano anterior, segundo a Eletros, entidade que representa o setor. Alta também reflete a expectativa pela troca de aparelhos devido à mudança do sinal analógico para digital.

O encarecimento dos fretes, porém, está jogando contra a viabilidade econômica do escoamento de produção. Segundo a Eletros, há aumentos expressivos nos fretes com origem no Nordeste. Da Bahia para São Paulo houve alta de 256% no frete de eletrônicos em relação ao período anterior à tabela de preços.

"O tabelamento do frete está sendo um dificultador da retomada da atividade no segmento de eletrônicos", diz José Jorge Nascimento Júnior, presidente da

Eletros. O setor trabalhava com a previsão de alta nas vendas entre 10% e 15% e agora deve rever essa estimativa.

"Capacidade produtiva existe, o ponto é se vai ter mercado para isso. Não quer dizer que o que se deixou de consumir lá atrás, em uma duas semanas, vai ter um rebote agora em junho" diz Rafael Caghin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Para ele, a greve ilustra os potenciais efeitos deletérios dos conflitos políticos sobre a trajetória de recuperação da economia e reduz a condição de retomar projetos de investimento.

Na região de Manaus, já há relatos de que fabricantes de eletrônicos estudam dar férias ou licença diante da paralisia dos negócios, segundo Wilson Périco, presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam). As fabricantes de motocicletas, revela, decidiram antecipar em uma semana a tradicional parada de meio do ano.

A maior parte dos setores da indústria segue em ritmo lento ou ainda enfrenta efeitos da greve no processo produtivo. A produção de celulose, papel e painéis de madeira só deve ser normalizada em um mês, de acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), entidade que representa o setor de florestas plantadas para fins industriais.

A presidente-executiva da associação, Elizabeth de Carvalhaes, diz que o setor ainda está fazendo as estimativas, mas os primeiros números indicam que cerca de 280 mil toneladas de celulose e 310 mil toneladas de papel deixaram de ser produzidas devido à greve. O escoamento de produtos para o mercado externo também foi afetado, mas não há risco de desabastecimento uma vez que as empresas trabalham, no caso da celulose, com estoques para 30 dias. "A preocupação é garantir o fornecimento nos mercados contratados", diz Elizabeth.

Na semana passada, a Suzano Papel e Celulose informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que teve perda total de produção de celulose de cerca de 80 mil toneladas devido à greve. O volume equivale a 2,2% da capacidade produtiva total da companhia.

A indústria de embalagens de papelão ondulado revisou para baixo a previsão de crescimento das expedições em 2018. A expectativa de alta baixou de 3,8% - projetados no início de maio - para de 2,8% no volume expedido de caixas, acessórios e chapas. A presidente da Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO), Gabriella Michelucci, conta que a revisão se deu exclusivamente em função da greve. A produção do setor já voltou ao normal, diz.





O faturamento da indústria farmacêutica teve perda de R\$ 1,6 bilhão, estima o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma). A entidade afirma que os efeitos da greve persistiam na semana passada, com interrupções nas linhas de produção por falta de insumos e matérias-primas. "O que mais nos preocupa é a dificuldade de acesso da população aos nossos produtos, o que pode trazer consequências indesejáveis", diz em nota o presidente do Sindusfarma, Nelson Mussolini.

Na indústria química, a perda com a greve é estimada em pelo menos US\$ 1,2 bilhão - um quarto do faturamento mensal -, segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Para a Abiquim, se extrapolado para outros segmentos de uso final (tintas, cosméticos, farmacêuticos, fertilizantes, fibras sintéticas, sabões e detergentes), o prejuízo sobe a US\$ 2,5 bilhões em uma semana. Empresas como a Braskem reduziram as atividades na semana passada.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer) calcula que a demanda do setor caiu 17% em função da paralisação dos caminhoneiros. "O ganho de janeiro a abril foi perdido", diz o diretor superintendente da entidade, Antônio Carlos Kieling. Segundo ele, os números de junho ainda irão refletir impactos da greve. A entidade mantém a estimativa de crescimento de 4,8% a 5% no ano.

No agronegócio, um dos setores mais afetados foi de produção de carne de aves. Foram mais de 70 milhões de pintos sacrificados nos dez dias de paralisação, o que deve se refletir na queda da produção deste e do próximo mês. Os preços da carne de frango já subiram 40% no atacado.

De acordo com o analista do Rabobank Adolfo Fontes, o fluxo de produção de carne de frango só deverá se normalizar dentro de 30 a 60 dias. (Colaboraram Thais Carrança, Alexandre Melo, Stella Fontes, Chiara Quintão, Adriana Mattos, João José Oliveira e Alda do Amaral Rocha)

Economia obtida com demissões por acordo pode superar R\$ 400 milhões

Por Lucas Marchesini | De Brasília

As demissões acordadas entre empregador e empregado permitiram que empresas economizassem até R\$ 157,4 milhões nos primeiros seis meses de existência, revela levantamento exclusivo do Valor com base nos microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A economia vem dos menores valores pagos como aviso prévio e multa do Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS).

Já a União pode ter economizado ainda mais recursos, R\$ 255,3 milhões, por conta do Seguro Desemprego. Esse é o cenário máximo. No cenário mínimo, a economia é de R\$ 226,1 milhões. O número de parcelas que um trabalhador receberia depende de alguns fatores, como o tempo em que estava trabalhando na empresa e se já recebeu o benefício anteriormente.

A demissão por acordo foi criada com a reforma trabalhista e permite que as empresas e empregados decidam de comum acordo terminar

o contrato de serviço. Nesse cenário, a multa do FGTS e o aviso prévio são divididos pela metade.

A análise dos dados garimpados pelo Valor revela que esse tipo de acordo tem sido buscado primariamente por pessoas com salário médio mais alto do que os que deixaram seus empregos e com mais tempo de contrato. Entre os demitidos por acordo, a média de tempo de serviço é de 44,7 meses. Já entre os demais, a média é de 23,25 meses. Já o salário médio é de R\$ 2.100,22 para os que saem com um acordo e de R\$ 1.653,89 para os que não fizeram acordos.

"Quem ganha menos já roda naturalmente [o mercado de trabalho]. A tendência de ter acordo para salários e tempo médio maiores é de quem não procurava mudança e passou a ter um instrumento para fazer isso", explicou o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

Isso porque, de acordo com ele, a situação anterior criava um cenário em que não era vantajoso para o trabalhador sair sem ser demitido,

especialmente se ele já tinha muito tempo de casa. Assim, ele preferia ficar no emprego mesmo querendo sair. "Esse é o tipo de acordo que tende a ser proposto pelo trabalhador, mas a empresa pode propor também. É razoável supor que seja em setores médios, até gerência, trabalhadores desse nível", prossegue.

Ao todo, foram feitos 52,9 mil acordos desde novembro, quando a medida entrou em vigor. O início foi tímido, já que era uma novidade no mercado de trabalho brasileiro. Em novembro, foram 805 acordos, que pularam para 5,8 mil em dezembro e 9,4 mil em janeiro deste ano. O maior número foi observado em março, com 13,5 mil acordos. O número caiu para 12,3 mil em abril, último mês com dados disponíveis.

"Não acho que vai ter explosão desse tipo de iniciativa", opina Ganz Lúcio. "O acordo é para o trabalhador que olha para o mercado de trabalho e vê uma alternativa", explica. Assim, o cenário atual não estimularia os acertos. "Seria diferente se fosse em 2013, com mercado de trabalho forte. Em um cenário desses, a tendência é aumentar", projeta.





Demissões por acordo

Panorama nos seis meses de vigor da reforma trabalhista

	Por acordo	Outras demissões
Idade média	34,45 anos	33,02 anos
Salário médio	2.100,22	1.653,9
Tempo emprego médio	44,7 meses	23,25 meses
Percentagem homem mulher	60,6/39,4	60,5/39,5

Fonte: Caged

Contratações com as novas regras ainda não 'pegaram'

Por Edna Simão | De Brasília

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que ainda são incipientes as contratações e demissões com base nas novas regras trabalhistas. Segundo o último dado disponível do Caged, divulgado pelo Ministério do Trabalho, no primeiro quadrimestre do ano, 45.732 trabalhadores foram contratados com base no novo regime de contrato intermitente ou jornada parcial. Por outro lado, os desligamentos por acordo totalizaram 43.848. Com isso, liquidamente, foram contratados 1.884 trabalhadores pelas novas regras.

Recentemente, o ministro do Trabalho, Helton Yomura, disse ao Valor PRO que o fato de a medida provisória nº 808, que fazia ajustes na Reforma Trabalhista, ter caducado não está travando as contratações ou desligamentos por meio das novas regras. Até porque, esse processo é gradual. Na ocasião, ele disse, no entanto, que o governo não havia desistido de fazer modificações na nova lei trabalhista - seja por projeto de lei ou medida provisória - para reduzir insegurança jurídica, mas admitiu que a proximidade do calendário eleitoral dificulta esse tipo de iniciativa.

O ministro destacou que tem "rodado" o país para desmistificar alguns pontos da reforma que possam gerar insegurança jurídica. "Nossa palavra sempre é que a reforma trabalhista veio para trazer segurança jurídica e não insegurança jurídica. As pessoas precisam ser motivadas a empreender e investir no Brasil que isso gera empregos", ressaltou.

Apesar das declarações, há demandas de empresários para esclarecer pontos do regime intermitente e da equipe econômica do governo para fechar supostas brechas que levariam à queda de arrecadação, como permitir o pagamento de bônus sem que incidam encargos sobre o salário e autorizar que trabalhadores autônomos tenham contrato de exclusividade.

Para o economista José Marcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, é natural que o ritmo de contratações e demissões com base nas novas regras seja lento neste momento, mas a tendência é de um aumento gradual. Ele ressaltou que dúvidas sobre a legislação serão discutidas na Justiça. Ele contou, no entanto, que as novas regras já resultaram em forte queda da demanda trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro no primeiro trimestre deste ano ante mesmo período de 2017.

Receita dos municípios recua ao nível de 2012

Por Vandson Lima | De Brasília

As receitas dos municípios brasileiros regrediram em 2017 em cinco anos, ficando no ano passado R\$ 561,6 bilhões, praticamente o mesmo valor registrado em 2012 (R\$ 560,9 bilhões), em valores corrigidos pela inflação. Os dados constam no balanço realizado pelo portal Compara Brasil, obtido pelo Valor.

Em relação a 2016, o montante manteve-se estável, com variação de 0,5%, desconsiderando os recursos extraordinários repassados pela Lei da Repatriação. As receitas correntes, que representaram 97,5% das receitas totais, atingiram R\$ 548,8 bilhões, em 2017, valor 2,5% maior ao de 2016, igualmente desconsiderando a repatriação.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União e do qual várias cidades dependem fortemente, totalizou quase R\$ 97 bilhões, valor 5,6% maior do que em 2016, igualmente sem contar os R\$ 11,4 bilhões da Repatriação. Na comparação, o resultado reflete os baixos níveis transferidos em 2016 (R\$ 91,8 bilhões), valor menor do que o registrado em 2011 (R\$ 97 bilhões).

Os governos estaduais repassaram aos municípios R\$ 106 bilhões por conta do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o equivalente ao registrado em 2010, aponta o levantamento.

Dos tributos municipais, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foi o que registrou melhor desempenho, com um aumento de 7,6% na arrecadação, chegando a R\$ 34,5 bilhões, ante R\$ 32 bilhões em 2016. A arrecadação do Imposto Sobre Serviço (ISS) foi de R\$ 54,8 bilhões, resultado apenas 0,7% acima do ano anterior, mas animador após dois anos de queda.

O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que também vinha de quedas consecutivas, obteve um aumento de 1,8%, com sua arrecadação totalizando R\$ 9,9 bilhões.

Apesar de ter um pequeno peso na receita total, o recuo real de 43% das receitas de capital puxou para baixo os resultados de 2017, mostram os dados recolhidos pelo Compara Brasil. Dentro deste grupo, as transferências de capital destinadas pela União e Estados aos municípios aplicarem em investimentos, da ordem de R\$ 7,8 bilhões, recuaram 37%. As operações de crédito, outro item das

receitas de capital, foram de R\$ 4 bilhões, valor 47% menor em relação ao ano anterior.

Tal cenário nas receitas se refletiu no nível de investimentos, que em 2017 foi de R\$ 27 bilhões, segundo menor valor registrado desde 2002 e 37% abaixo do registrado em 2016.

Nas despesas, o gasto com pessoal aumentou 2,5% em 2017 (R\$ 282 bilhões). O comprometimento da receita corrente com o funcionalismo se manteve no nível mesmo de 2016, ou seja, de 50%.

Na saúde, o dispêndio aumentou em 0,9%, somando cerca de R\$ 140,1 bilhões. O Compara Brasil lembra que isso ocorreu apesar do recuo de 3% dos recursos vindos dos demais níveis de governo para financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já na educação houve uma queda de 0,7%, no mesmo período, com injeção de R\$ 152,5 bilhões na área.

A análise do portal Compara Brasil baseia-se em uma amostra de 68% dos municípios para os dados da receita; de 74% para dados da despesa por categoria econômica; e de 77% para os dados da despesa por função.